

ABRIL DE 2024

GREVE FORÇA O GOVERNO A APRESENTAR NOVA PROPOSTA PARA OS DOCENTES FEDERAIS

As propostas apresentadas pelo Governo Federal na Mesa de Negociação da última sexta-feira (19) ainda estão distantes de atender às reivindicações docentes, mas já expressam avanços decorrentes da greve, das mobilizações e dos atos de rua em defesa da educação pública.

REAJUSTE

GOVERNO

2024

0%

JAN/2025

9%

MAIO/2026

3,5%

AVALIAÇÃO: Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em estudo encomendado pelo ANDES-SN, a inflação estimada no período de setembro de 2016 a dezembro de 2023 foi de 42,99%.

A proposta de reajuste zero em 2024 se traduz no aprofundamento das perdas. O reajuste de 9% em 2023 não repôs as perdas passadas e a proposta atual desconsidera a projeção de inflação para o período de 2023 a 2026.

BENEFÍCIOS

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO:

de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00

VALOR PER CAPITA DA SAÚDE SUPLEMENTAR:

51% do valor atual

AUXÍLIO CRECHE:

de R\$ 321,00 para R\$ 484,90.

AVALIAÇÃO: Privilegiar o reajuste dos benefícios em lugar do reajuste dos salários não contempla aposentados/as e pensionistas e aprofunda as suas perdas.

CARREIRA

STEPS:

C (Adjunto) 2 a 4 e D (Associado) 2 a 4, passando de 4% a 4,5%

AVALIAÇÃO: De acordo com a proposta do Governo, apenas nas progressões entre os níveis 2 a 4 dentro das classes C (Adjunto) e D (associado), nas quais há atualmente a diferença percentual de 4%, haveria modificação para 4,5%.



REVOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN) 66/2022

Segundo a proposta do Governo, atendidos os critérios estabelecidos em lei para progressão e promoção, o docente não terá prejuízo financeiro nem no tempo de interstício para progressão e promoção, desde que realize o pedido em até 6 meses após atendidos os requisitos.

AVALIAÇÃO: A proposta de carreira articulada entre ANDES-SN e SINASEFE prevê a revogação da IN 66/2022. Com isso, as normatizações dos procedimentos de promoções e progressões voltariam a ser prerrogativa de cada universidade, respeitando a autonomia universitária.

RETIRADA DO PONTO ELETRÔNICO PARA A CARREIRA EBTT

(Ensino Básico, Técnico e Tecnológico)
Em possível acordo, o governo se compromete com o fim do ponto eletrônico para docentes da carreira EBTT, sem revogar a portaria 983/2020.

AVALIAÇÃO: Nossa reivindicação é a revogação da portaria 983/2020, visto que, entre outros aspectos, impõe carga horária mínima de quatorze horas semanais para docentes que cumprem quarenta horas semanais, desconsiderando a carreira EBTT como promotora também da pesquisa e extensão nos diferentes níveis de ensino, percentual de 4%, haveria modificação para 4,5%.



E AS REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES?

Além das propostas apresentadas, cabe salientar que, para os demais pontos da pauta de reivindicações docentes, o governo ainda não apresentou avanço algum:

- Recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino;
- Revogação das medidas contra a educação pública: Reformas da Previdência (que eliminaram a aposentadoria integral para novos docentes e acabaram com a paridade entre ativos e aposentados), reforma do ensino médio, entre outras.
- Reposicionamento dos aposentados na carreira atual.

A forte greve da educação federal, unificando docentes e técnicos administrativos das Instituições Federais de Ensino tornou-se um fator fundamental de questionamento do mantra liberal, de antipolíticas sociais, do

chamado déficit zero e do argumento da área econômica do Governo de que o orçamento estaria "fechado".

Notícias recentes de flexibilização do arcabouço fiscal, com liberação, pelo Congresso Nacional, de gasto extra de cerca de R\$ 15 bilhões, demonstram que o orçamento público está em permanente disputa. Deste valor, cerca de 1/3 será canalizado para emendas parlamentares, a forma menos eficiente de gastos públicos. Por isso, a hora é de fortalecer a greve. Novas universidades vêm paralisando suas atividades e se somando ao movimento grevista. Em várias instituições, como aqui, na UFPR, os estudantes também estão iniciando greves em busca de melhores condições de ensino e políticas de permanência. São as lutas como essa que propiciam a disputa do orçamento público pelas políticas sociais. Do contrário, o orçamento seguirá majoritariamente transferido para os setores empresariais, rentistas e conservadores.

FORTALECER A GREVE EM DEFESA DA EDUCAÇÃO FEDERAL!